

ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA EM MODELO DE PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: A EXPERIÊNCIA DO PDP DE NOVO ORIENTE DE MINAS

Tairo G. de Sousa¹, Dimas A. Gazolla², LÍlian dos S. F. Pereira³

¹ *Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Campus Pampulha – Escola de Engenharia – PIC – tairosousa@yahoo.com.br*

² *Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Campus Pampulha – Escola de Engenharia – PIC – dagap@cce.ufmg.br*

³ *Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Campus Pampulha – Escola de Engenharia – PIC – liliansfp@ufmg.br*

Resumo

O trabalho apresenta uma metodologia de mobilização e participação popular e alguns de seus resultados aplicados no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo-(PDP) do Município de Novo Oriente de Minas - (N.O.M.), no Vale do Mucuri, como resultado do projeto da participação do Programa de Internato Curricular - PIC/EEUFMG, em uma experiência de ensino e extensão universitária junto à Prefeitura de Novo Oriente de Minas.

O PDP estabelece diretrizes para ocupação planejada da cidade, sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável do município. O PDP, em resumo, realiza um completo diagnóstico da situação atual do município, nos aspectos histórico-cultural, do meio físico, infraestrutura, demográfico, socioeconômico, que subsidia as diretrizes de planejamento, os instrumentos de implementação e os objetivos a serem alcançados, para melhoria da qualidade de vida da sua população, traduzidos posteriormente em Lei Municipal. O sucesso do PDP depende principalmente do grau de participação e envolvimento da população desde a fase de elaboração até a fase de execução. Em N.O.M. o processo de participação popular foi realizado com o desenvolvimento de metodologia alternativa, adaptada para realidade local, com base na metodologia do Ministério das Cidades, metodologia essa que será apresentada no presente trabalho.

Palavras chave: Desenvolvimento Regional; Plano Diretor Participativo; Mobilização Social; Internato Curricular; Novo Oriente de Minas.

1 Introdução

O período democrático experimentado no Brasil pós constituinte de 1988 é determinado pelo surgimento e pela adoção de práticas que moldam uma nova gramática social, ou seja, novas relações entre a sociedade e o Estado. A elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) pelos municípios, por exemplo, representa um elemento de inovação institucional democrática, tendo como um dos seus objetivos dotá-los de um instrumento de planejamento da gestão municipal, de forma democrática e sustentável.

São muitos os problemas que podem afetar o meio ambiente e as cidades, com destaque para carência de saneamento básico, poluição dos recursos hídricos, deficiência dos sistemas de drenagem, contribuindo para ocorrência de enchentes, ocupação de várzeas, as precárias condições para a destinação do lixo, redução de áreas verdes e muitas outras. Isso acontece não somente pela ausência de planejamento, mas pela descontinuidade da atuação administrativa, quando o processo de priorização das atividades locais de interesse público é fragmentado, gerando distanciamento entre governo e cidadãos.

Para dar encaminhamento para solução destes problemas, os municípios e suas cidades têm de contar com eficazes instrumentos de planejamento e com fontes estáveis e seguras de financiamento para o desenvolvimento urbano, indispensáveis para que possam manter-se e expandir-se de forma sustentável e democraticamente.

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ordenação do território e ocupação da cidade, sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento do município. É um processo de discussão pública que analisa e avalia a cidade, desta forma, a prefeitura em conjunto com a sociedade, busca direcionar a forma de crescimento da cidade, a partir de uma visão de cidade coletivamente construída e tendo como princípios a busca por uma melhor qualidade de vida, o estabelecimento de padrões de desenvolvimento com sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

Buscando contribuir para a construção deste processo, a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do Programa de Internato Curricular-PIC/EEUFMG, realiza convênio com prefeituras municipais de Minas Gerais e conduz, além de projetos específicos, a elaboração do Plano Diretor Participativo, de acordo com a metodologia do Ministério das Cidades.

O PIC/EEUFMG realiza projetos que possam colaborar para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios procurando concretizar os objetivos de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tem como objetivo complementar a formação profissional, oferecendo aos alunos de Engenharia Civil o exercício de uma prática de aprendizado dirigida para uma realidade não simulada, expondo o aluno ao contato com a realidade das populações carentes e suas demandas, passíveis de serem satisfeitas pela prática da engenharia, possibilitando interligar, atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, procurando cumprir o conceito extensionista de universidade cidadã.

A metodologia de elaboração dos Planos Diretores Participativos (PDP) ressalta seu caráter participativo, de forma a garantir que os cidadãos possam, além de entender e interferir nos processos decisórios, assumir a co-responsabilidade da construção do Plano Diretor – desde sua elaboração ao seu monitoramento. Nesse sentido, é reservado um papel crucial para a mobilização/participação social, que deve vencer o desafio de viabilizar e efetivar instrumentos e mecanismos democráticos de comunicação, propiciar a transmissão de informações e criar espaços para o debate público.

Este trabalho apresenta o relato da experiência de adaptação para a realidade local, da metodologia para PDP do Ministério das Cidades-MC, desenvolvida pela participação do Programa de Internato Curricular da Escola de Engenharia-PIC/EEUFMG, atuando como eixo estruturante de um Programa de Engenharia e Arquitetura Públicas-PROEXT, em uma experiência de ensino e extensão universitária, por meio de convênio junto à Prefeitura de Novo Oriente de Minas-MG, dando suporte à elaboração do Plano Diretor Participativo-PDP do município, notadamente no que se refere ao processo de mobilização/participação da população com vista a elaboração da etapa de Leitura Comunitária.

2 Plano diretor participativo

Elaborar o Plano Diretor de cada cidade deve servir para incentivar o município a avaliar e implantar todo o sistema de planejamento municipal. Esse planejamento implica atualizar e compatibilizar cadastros; integrar políticas setoriais, os orçamentos anuais e plurianuais, com o plano de governo e as diretrizes do Plano Diretor; capacitar equipes locais; sistematizar e revisar a legislação. O esquema mostrado na Figura 1 indica as etapas básicas de construção do Plano Diretor Participativo, conforme metodologia indicada pelo Ministério das Cidades.

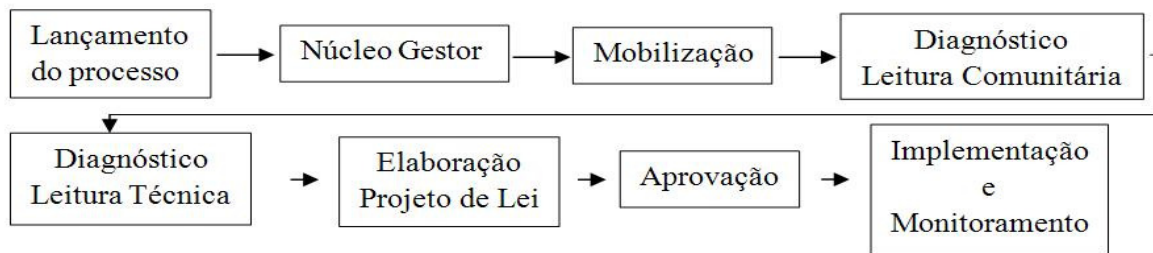


Figura 1: Etapas do PDP Segundo o Ministério das Cidades.

Após o lançamento do início do Plano, em audiência pública, é eleito um Núcleo Gestor que contemple membros da administração pública, representantes de entidades importantes na cidade e a sociedade civil.

A seqüência das etapas do Plano Diretor é mobilizar a sociedade para a importância de sua participação. Devem-se convocar associações de moradores, grupos sociais, ambientais, empresários e toda a população para discutir os problemas da cidade.

A Leitura Comunitária é feita pelo olhar de toda a população. São analisadas as mudanças que vêm ocorrendo com o crescimento não planejado da cidade e os impactos diretos disso sobre a população. Ela é realizada durante as oficinas temáticas.

A Leitura Técnica faz o levantamento de dados como infraestrutura urbana, informações socioeconômicas, ambientais, culturais etc. Deve também revelar as desigualdades entre a zona rural e urbana, ou entre bairros da cidade, além de reunir análises de problemas e tendências do desenvolvimento local, identificando a vocação econômica do município; dentre outros.

A consolidação das duas leituras se dá com a elaboração do diagnóstico do município, que é apresentado à população em uma audiência pública. A partir daí, iniciam-se as discussões e definições das diretrizes presentes no Plano.

Com as definições prontas é elaborado então o texto final, em formato de projeto de lei, com capítulos, artigos, parágrafos, incisos, que será encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal. Após sair da Câmara, o Projeto de Lei deverá ser encaminhado para uma nova discussão na sociedade, e só então será votado e aprovado.

O Plano Diretor deverá ser auto-aplicável quando se transforma em lei, ou seja, ele próprio deverá indicar os caminhos para sua implementação e gestão. Através de fóruns futuros de discussão, momentos onde poderá ser revisto e modificado.

3 O município de Novo Oriente de Minas

O Novo Oriente de Minas localiza-se no nordeste de Minas, pertence a mesorregião do Vale do Mucuri e a microrregião de Teófilo Otoni, localizado a uma distância de 450 km da capital Belo Horizonte. Foi fundado em 1936 pelo agricultor e comerciante João Roque. Em 1948 se estabeleceu como distrito de Teófilo Otoni com o nome de Belo Oriente e em 22 de outubro de 1995 emancipou-se, adotando o atual nome.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 o município possuía uma população de 10.763 habitantes, distribuídas em uma área total de 756,6 km² e densidade demográfica de 14,2 hab/km². No aspecto demográfico, 60% da população residem na zona rural, agrupadas principalmente 36 comunidades rurais. Os 40% que residem na zona urbana estão distribuídos na sede e nos distritos municipais de Frei Gonzaga e Americaninha.

Comparando com os outros municípios da região, Novo Oriente de Minas apresenta os piores indicadores saúde e educação, refletindo em um IDH de 0,582 (IBGE - Censo Demográfico 2000), o que representava o sétimo pior IDH de Minas Gerais.

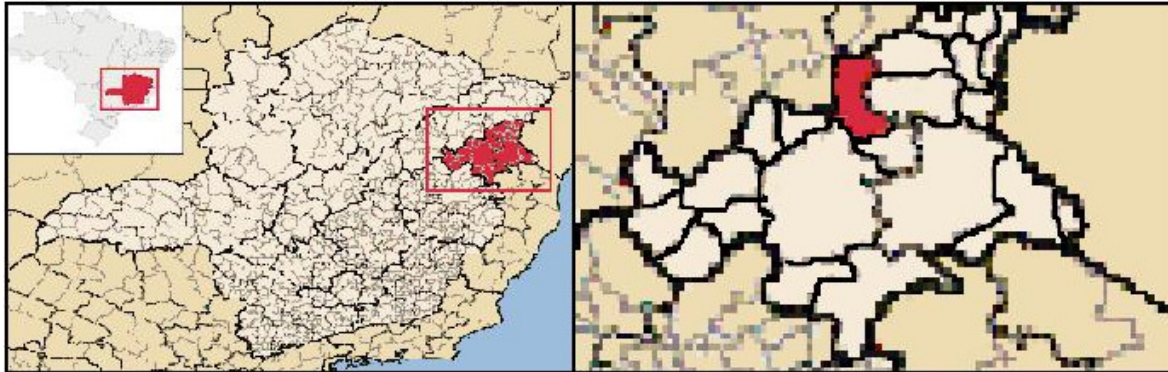


Figura 2: Localização do Município de Novo Oriente de Minas.

A agropecuária é a principal atividade econômica do município, no entanto sua agricultura se encontra em constante declínio, predominando atualmente a agricultura de subsistência. O comércio de carne bovina e suína in natura, desenvolvido na sede tem destaque regional, no entanto o abate clandestino de animais é um dos principais problemas sanitários. A administração pública representa 45% do PIB do município, o que mostra a forte dependência de sua economia dos recursos públicos.

O acesso se dá pela MG-409, que liga a BR101 a outros municípios como Pavão, Crisólita e Águas Formosas. Nas áreas urbanas existe coleta diária de resíduos sólidos, que até então são encaminhados a um lixão, porém a implantação de um aterro controlado no mesmo local encontra-se em andamento. Ainda assim, a porcentagem de resíduos coletados corresponde a 55% em todo o município; 35% são enterrados ou queimados e 10% são jogados a céu aberto, segundo dados do SIAB (2009).

As áreas urbanas não possuem um sistema de drenagem de águas pluviais adequado, e como consequência, observam-se sérios problemas de erosão, assoreamento e inundação na sede e nos distritos, prejudicando dezenas de moradores. O Sistema de Abastecimento de Água atende 100% da área urbana, porém 38,9% dos domicílios do município captam água de poço ou nascente, de acordo com dados do SIAB, 2009. A gestão do esgoto sanitário é ainda preocupante, uma vez que 19,8% dos domicílios declararam lançar o esgoto a céu aberto. A precariedade dos sistemas de saneamento da região está diretamente relacionada aos altos índices de pessoas acometidas por verminoses.

A caracterização do município, descrita acima, foi retirada da fase de Leitura Técnica do PDP. Como se percebe Novo Oriente de Minas é um município novo que como a maioria dos municípios pequenos de sua região, apresenta diversos problemas socioeconômicos e de infraestrutura, que se agravaram ao longo do tempo devido à falta de planejamento e descontinuidade administrativa.

4 O PDP de Novo Oriente de Minas - adaptação metodológica

A proposta do Plano Diretor Participativo de Novo Oriente de Minas surge no seio das preocupações da população e da administração local, no sentido de construir um instrumento capaz de traduzir um conjunto de reivindicações manifestadas pelos segmentos sociais comprometidos com as causas democráticas populares, durante o processo de campanha eleitoral para escolha do chefe do executivo municipal, para o mandato de 2008 a 2012.

Concluído o processo eleitoral o candidato eleito assume o compromisso firmado em campanha, incluindo como prioridade do seu governo o projeto do Plano Diretor Municipal, a ser elaborado com ampla e efetiva participação da população, tanto urbana quanto rural.

O projeto em Novo Oriente de Minas seguiu, em tese, a metodologia proposta pelo Ministério das Cidades, em suas etapas básicas, mas constatou a necessidade de concepção de uma adaptação de nova estratégia para mobilização e participação, em substituição à preconizada pelo Ministério das Cidades, face às condições da realidade local e do estágio de envolvimento e pré-disposição para a participação no processo, das comunidades urbanas e rurais. Foi estabelecida então uma adaptação metodológica ancorada por um plano de comunicação que determinou um modelo de mobilização/participação sustentado nos vínculos pré-existentes com a causa entre os agentes participantes, seja da administração pública ou sociedade civil, tendo como foco o aproveitamento das relações pessoais.

Para atender a estas novas condicionantes e viabilizar a elaboração do PDP de Novo Oriente de Minas, foi necessário alterar a cronologia das etapas do processo metodológico do MC para elaboração do PDP, resultando no fluxograma da Figura 3, mostrado a seguir.

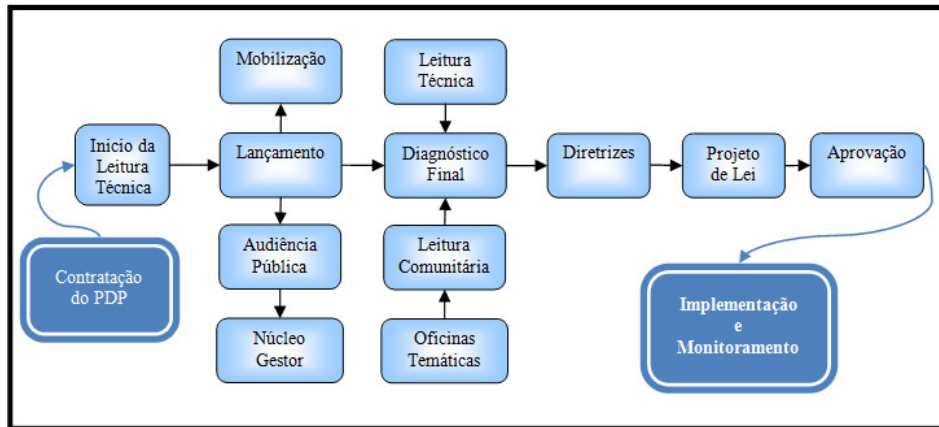


Figura 3: Adaptação Metodológica das Etapas do PDP.

Nos subitens seguintes, são destacadas de forma sucinta, cada uma das etapas realizadas no processo do PDP de Novo Oriente de Minas dando ênfase para as propostas introduzidas de adaptação metodológica.

4.1 Lançamento

O contrato de realização do Plano Diretor Participativo de Novo Oriente, entre a prefeitura e a UFMG, ocorreu no início do mandato da nova gestão pública, eleita em 2008. No entanto diante do estado do quadro de dificuldades e precariedades de infraestrutura e de recursos herdados da gestão anterior, o executivo municipal percebeu que não havia condições de organizar as atividades de lançamento do Plano Diretor, incluindo a realização das audiências e mobilização inicial, atividades que demandariam um maior esforço do executivo. A solução metodológica encontrada para que não ocorresse um atraso no início das atividades do plano diretor, foi à inversão das etapas. Dessa forma a Leitura Técnica, abordada posteriormente nesse trabalho, foi a primeira etapa do PDP a ser iniciada, o que se justifica por ser uma etapa que demandava pouco esforço da administração pública, sendo a equipe técnica do PIC a principal responsável por sua realização.

A audiência pública oficial de lançamento do Plano Diretor Participativo de Novo Oriente de Minas, ocorreu durante a fase de elaboração da Leitura Técnica e será descrita posteriormente nesse trabalho.

4.2 Mobilização

Esta etapa tem um destaque especial devido a sua importância para o processo de Novo Oriente de Minas, em face de necessidade constatada de elaborar uma estratégia de mobilização como adaptação à metodologia do Ministério das Cidades e que atendesse as condicionantes da realidade local.

A estratégia de mobilização implementada, pode ser representada por um movimento de irradiação, do centro para as bordas, seguindo proposta formulada conforme Mapa Tridimensional na Figura 4. Nesta concepção três atores importantes para o processo mobilização/comunicação devem ser identificados, são elas: 1- os Geradores (G), 2- os Legitimadores (L) e 3- os Beneficiários (B). Para o caso do PDP de Novo Oriente estas três entidades foram identificadas e definidas como sendo:

- 1 – Geradores = Núcleo Gestor (NG);
- 2 – Legitimadores = Entidades, Lideranças locais e Associações (ELLA);
- 3 – Beneficiários = População de Novo Oriente de Minas (NOM);

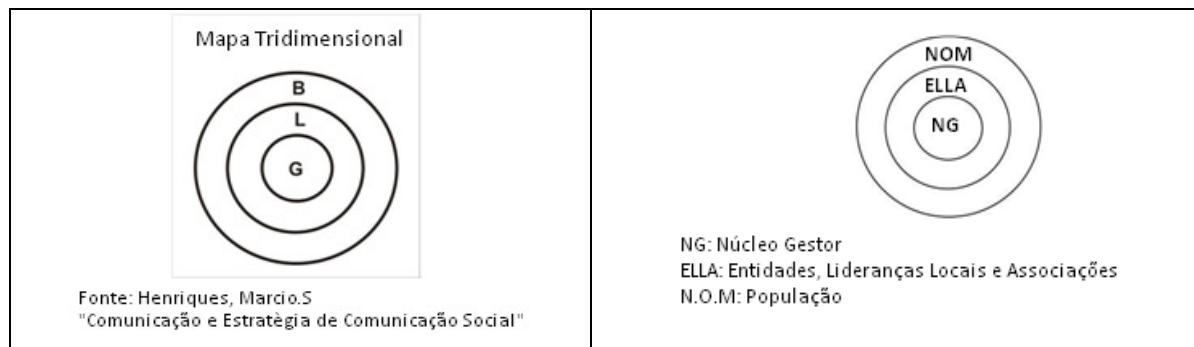


Figura 4: Mapa Tridimensional. Fonte: Adaptado de Henriques

Para Novo Oriente foram criadas células temáticas, com o intuito de obter adesão em função do grau de interesse em torno do assunto a ser tratado. Uma vez definida cada célula temática, a equipe da prefeitura se dividiu, alocando-se em uma delas, com a responsabilidade de não só participar das reuniões a serem promovidas, como também ajudar a promovê-las junto a outras pessoas que se relacionam ao tema, seja autoridades, lideranças locais ou organizações civis organizadas, atingindo posteriormente a população como um todo.

Por fim, a zona de abrangência do processo de elaboração do PDP é expandida com a realização das conferências, audiências públicas, eventos relacionados ao Plano Diretor e outras ações de comunicação.

Em Novo Oriente de Minas, a adaptação metodológica adotada, objetiva manter o processo de mobilização populacional ao longo de todas as etapas de elaboração do PDP, no entanto os métodos utilizados variaram ao longo das etapas.

O processo de mobilização se inicia com um trabalho de conscientização e sensibilização do executivo e legislativo municipal, através de reuniões onde a equipe do PIC, além de explicar em que consistia o Plano Diretor procurou destacar a importância de sua elaboração para o município. Foram feitas duas reuniões anteriores a audiência pública a Figura 5 ilustra um destes momentos.

A mobilização da população como um todo se iniciou com a distribuição de folders educativos, e publicações no jornal e rádio municipal, que divulgavam a realização do PDP e ao mesmo tempo aguçava a curiosidade da população sobre o este processo. A divulgação do PDP se intensificou com o convite para a primeira audiência pública, os meios de comunicação utilizados foram: faixas interrogativas, carros de som, e a distribuição continuam de folders. Para cada liderança local, associações e entidades municipais tomaram-se o cuidado de entregar convites personalizados frisando a importância de sua presença.

Seguindo a estratégia metodológica, de mobilização do núcleo do centro para as bordas, com a eleição do Núcleo Gestor durante a primeira audiência, inicia-se a capacitação deste núcleo, durante dois dias, em quatro momentos presenciais. Na primeira reunião, foi feito o diagnóstico inicial do processo de elaboração do PDP a partir da instauração de um grupo focal, onde os membros do Núcleo Gestor e da prefeitura apresentaram os problemas e dificuldades encontrados para a mobilização popular e puderam apontar sugestões para os novos direcionamentos. Nesse primeiro encontro ainda foi reforçada, pelo Prefeito, a importância do PDP dentro do plano de governo da gestão municipal e a necessidade de envolvimento de toda a equipe de secretários e chefes de divisão do executivo municipal e dos componentes do Núcleo Gestor. Participaram da reunião 23 pessoas, entre membros do núcleo e equipe da UFMG.



Figura 5: Mobilização do Executivo e Legislativo.

Na segunda reunião foi apresentada a proposta com a nova estratégia de mobilização a ser adotada para mobilização da sociedade e articulação do Núcleo Gestor do PDP. Foi apresentado o “Mapa Tridimensional”, identificando os atores envolvidos para a realidade de elaboração do PDP de Novo Oriente de Minas, e explicitado o esquema da estratégia a ser construída.

A abrangência do processo de mobilização populacional para Plano Diretor Participativo de Novo Oriente de Minas teve a sua maior expansão com a realização das oficinas temáticas. Nessa etapa surgiu o desafio de identificar qual seria a melhor estratégia de divulgação a se adotar que conseguiria atrair o maior número de pessoas possível para participar das oficinas. A primeira conclusão que se chegou é que deveriam ser desenvolvidos dois tipos de estratégia, uma adaptada para as condições da zona rural e outra para a zona urbana.

No meio rural a primeira providência a ser tomada foi a mobilização dos líderes comunitários, normalmente pessoas com maior nível de instrução que se tornam a referência de suas comunidades. Esses líderes se tornaram o principal meio de comunicação entre o núcleo gestor e as comunidades, o que facilitou o processo de organização das oficinas. A mobilização ainda foi intensificada com a divulgação nos núcleos escolares e nos cultos religiosos das comunidades.

Na zona urbana, que inclui a sede municipal e os dois distritos, além dos meios gerais de comunicação já utilizados na mobilização para a audiência, foi utilizado um método individual de comunicação. Os agentes de saúde, que visitavam rotineiramente todas as casas da sede (ou dos distritos) foram capacitados sobre os objetivos e importância das oficinas temáticas. Dessa forma além de realizarem seus trabalhos rotineiros de saúde, os agentes, passaram a divulgar o PDP em cada casa atendida, convidando as famílias a participarem das oficinas.

Como resultado da adaptação metodológica adotada conseguiu-se que aproximadamente 15% da população total do município participassem das Oficinas Temáticas o que é considerado uma porcentagem satisfatória visto que nas atividades posteriores relacionadas as próximas etapas do PDP a porcentagem da população envolvida no processo como um todo deverá ser ampliada.

4.3 *Leitura Participativa do Município:*

Após a etapa de lançamento, “Ler a cidade e o território” é a primeira etapa de elaboração de um Plano Diretor. Nessa etapa, trata-se de identificar e entender a situação do município – a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. A junção da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária permite a realização de uma leitura completa do município. Diferente do processo tradicional de construir diagnósticos, a atividade de “Ler a cidade” não é leitura exclusiva de especialistas, e pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade.

4.3.1 Leitura Técnica

A leitura técnica ajuda a entender a cidade, pela comparação entre dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura disponíveis. Mais do que reunir dados globais e médias locais do município, a leitura técnica deve revelar a diversidade, as desigualdades entre a zona urbana e rural, ou entre bairros e regiões da cidade; deve reunir análises de problemas e tendências de desenvolvimento local e, sempre que possível, deve considerar o contexto regional de cada município; dentre outros.

No caso de Novo Oriente de Minas a leitura técnica, desenvolvida pela equipe técnica do PIC com o apoio da equipe de profissionais da prefeitura, também sofreu adaptação para vencer as dificuldades de obtenção de dados e informações sobre a realidade do município, se estruturando nos seguintes itens principais: Levantamento Histórico-Cultural, Caracterização do Meio Físico e Biótipo, Diagnostico Socioeconômico e o Diagnóstico da Infra-Estrutura Urbana e rural.

4.3.2- Audiência Pública e Eleição do Núcleo Gestor.

Seguindo a adaptação metodológica citada no Lançamento Item 4.1, durante a realização da leitura técnica foi realizado na sede do município a primeira audiência pública de lançamento do Plano Diretor Participativo. A audiência foi dividida em 3 etapas para se alcançar os objetivos de: divulgar e apresentar o que consiste o PDP, apresentar um resumo parcial da Leitura Técnica e por último mas não menos importante, eleger o núcleo gestor do PDP

Na primeira parte da audiência foi realizada, pela equipe do PIC, uma apresentação explicativa do que é o Plano Diretor Participativo, destacando qual é a importância da participação popular em sua elaboração. Durante a apresentação procurou-se deixar claro para a sociedade presente que, através do PDP, ela é que iria decidir quais seriam os rumos tomados pelo seu município, por isso cabia a ela e tão somente ela acompanhar e monitorar a elaboração do plano, assim como fiscalizar sua execução ao longo dos anos, garantindo que as administrações futuras sigam as determinações estabelecidas pelo processo participativo. Tomou-se o cuidado de se realizar uma apresentação clara de linguagem acessível ao público presente (ver Figura 6).

Na segunda parte da audiência, foram apresentados os primeiros resultados obtidos até o momento pela leitura técnica com o objetivo de possibilitar a população presente, estabelecer uma compreensão geral do município, principalmente no que diz respeito aos problemas existentes nas diferentes áreas, assim como suas potencialidades. Essa apresentação ainda possibilitou à população pensar em outros problemas existentes em seu município que não haviam sido abordados naquele momento, o que seria fundamental para a etapa seguinte do PDP de Leitura Comunitária. Nesta apresentação a equipe do PIC teve o desafio de transmitir informações essencialmente técnicas de forma acessível a população presente e de ao mesmo tempo ampliar o conhecimento intelectual desta população. Desta forma termos com IDH, PIB, e outros relacionados ao relevo e clima, foram cuidadosamente explicados a comunidade presente.

Encerrando esta audiência, os presentes foram convidados a se candidatarem como representantes e convocados para a eleição do Núcleo Gestor, que tem como responsabilidade preparar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor. Para o PDP de Novo Oriente de Minas foi formado um Núcleo Gestor composto por 20 integrantes, sendo 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil.



Figura 6: 1ª Audiência Pública do PDP de Novo Oriente de Minas.

O poder público foi formado por nove representantes do executivo, e um representante do legislativo, indicados respectivamente pela administração municipal e pela câmara legislativa. A parte executiva é responsável pela parte administrativa das atividades desenvolvidas pelo núcleo, fornecendo toda a infraestrutura necessária para elaboração do PDT, sendo também o principal meio de comunicação entre o núcleo e a equipe técnica da universidade.

O Ministério das Cidades recomenda que os representantes do poder Legislativo participem desde o início do processo de elaboração do Plano Diretor, evitando alterações substanciais, radicalmente distintas da proposta construída pelo processo participativo. Os vereadores podem colaborar muito também na elaboração do texto de lei. Esses fatos justificam a participação do legislativo no Núcleo gestor.

Por sua vez, os representantes da sociedade civil são os principais responsáveis pela mobilização populacional e os principais interlocutores entre a equipe técnica e a população. Dessa forma esses devem expressar a diversidade de todos os setores sociais atuantes no município. O núcleo foi composto por representantes dos seguintes segmentos sociais: Comunidade Católica, Comunidade Evangélica, Associação Municipal dos Comerciantes, Associação Municipal dos Produtores Rurais, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal da Juventude, Pastoral da Criança, Centro de Defesa da Família, sendo cada um desses indicados pela própria população durante a audiência pública. Compuseram ainda o Núcleo Gestor um representante do distrito de Frei Gonzaga e outro do distrito de Americaninha.

4.3.3- Leitura Comunitária.

A realização de um diagnóstico não é exclusivamente técnico, ou seja, o levantamento de problemas, conflitos e as avaliações de potencialidades podem variar conforme os grupos sociais que os elaborem. A Leitura Participativa, portanto, é a ocasião para que todos conheçam visões e modos de pensar diferentes dos seus.

Nessa etapa, devem-se identificar as principais questões *locais* da cidade, como as que compreendam os que ali vivem. Dessa maneira, consegue-se dimensionar e qualificar pontos fundamentais para o processo de planejamento urbano voltado para uma cidade mais justa. Dentre esses pontos, destacam-se: as marcas de degradação ambiental, os usos impactantes, as precariedades habitacionais, os espaços vazios, as áreas de ocupação, as demandas não atendidas, as dificuldades de acesso e de mobilidade, dentre outros.



Figura 7: Oficina Temática.

Em Novo Oriente de Minas o processo de Leitura Comunitária se iniciou com o as oficinas de capacitação do Núcleo Gestor. Os representantes do núcleo foram capacitados pela equipe do PIC para realizarem as chamadas Oficinas Temáticas, adaptação metodológica adotada para a realização da Leitura Comunitária no município.

Na oficina de capacitação, foi feita uma análise crítica dos resultados até então obtidos na leitura técnica o que culminou na identificação e seleção dos principais problemas/restritores para a promoção do seu desenvolvimento sustentável do município. Estes problemas/restritores foram agrupados inicialmente em 22 temáticas, sendo posteriormente condensados em 6 grandes Células Temáticas, que serviriam de balizadores para a classificação dos problemas levantados nas Oficinas Temáticas, são elas:

1. Ocupação Urbana (Rural) / Transportes / Habitação / Saneamento (Água, Esgoto, Lixo);
2. Assistência e Bem Estar Social / Segurança Pública / Esporte / Lazer / Turismo;
3. Saúde;
4. Educação;
5. Meio Ambiente / Recursos Hídricos;
6. Economia / Trabalho / Renda / Cooperativismo.

As Oficinas Temáticas consistem em reuniões regionalizadas com a população, por unidade de bairro e comunidade rural, composta de duas etapas. A primeira etapa consiste em uma apresentação explicativa sobre o Plano Diretor Participativo, com os mesmos princípios e cuidados adotados na apresentação da primeira etapa da audiência pública. Devido as restrições de tempo essa apresentação deve ser mais sucinta e ministrada por um membro do núcleo gestor, o que reforça a importância da capacitação desses. A segunda parte da oficina tem como objetivo levantar como os moradores enxergam o município onde vivem, identificando quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados por eles no dia a dia. Nessa parte é apresentado a população as 6 Células Temáticas, apresentadas uma por vez de forma que as pessoas presentes manifestem problemas referentes a cada uma delas (ver Figura 7). Posteriormente os participantes votam e elegem uma ordem de prioridade para os problemas levantados de cada célula. A ordem de prioridade eleita é a base para determinação do cronograma de atuação do Plano Diretor Participativo, ou seja, o PDP deve atuar primeiramente nos problemas eleitos como principais pela população.

Analisando a distribuição populacional no município assim com sua extensão, concluiu-se que seria adequada a realização de um mínimo de 15 Oficinas Temáticas. Na sede foram realizadas 4 oficinas distribuídas na cidade de acordo com as zonas do Programa de Saúde da Família (PSF) já existentes. Cada um dos dois distritos do município foi contemplado com uma oficina. Na zona rural já existia um sistema de nucleação escolar, onde as 33

comunidades rurais foram agrupadas em núcleos, cada um atendido por uma escola. Dessa forma as 9 oficinas restantes foram destinadas a zona rural , cada uma atendendo um núcleo escolar , e utilizando a própria estrutura das escolas para a sua realização.

Uma das principais dificuldades encontradas na realização das oficinas em Novo Oriente de Minas, principalmente naquelas realizadas na zona rural onde existem pessoas mais carentes, foi à inibição da população em se manifestar, o que prejudicava os resultados das oficinas. A estratégia adotada para combater esse obstáculo foi a escolha da metodologia de Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) para o desenvolvimento das oficinas com a população.

A abordagem ACP é um método de estabelecer uma forma de comunicação mais autêntica entre as pessoas, abrindo-se espaço à livre expressão de sentimentos e idéias, como forma de alcançar o autoconhecimento e a solidariedade interpessoal. Os organizadores das oficinas (membros do núcleo), apesar de saberem que possuíam uma função e poder diferenciado no contexto particular da realidade grupal, não deveriam em momento algum demonstrar algum tipo de superioridade em relação à população presente, as pessoas deveriam sentir-se como os principais atores daquela ocasião.

Como produto final da Leitura Comunitária se obtém um conjunto de problemas classificados por temas (Células Temáticas) e ordenados de acordo com as prioridades da população. Com a Leitura Comunitária é possível identificar como a população enxerga seu município sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros. Visto a dificuldade encontrada, na formulação da Leitura Técnica em relação ao levantamento de dados, a Leitura Comunitária se tornou a principal base para a formação de um diagnóstico real do município de Novo Oriente de Minas.

4.4 Diretrizes de Planejamento e Projeto de Lei do PDP

Atualmente o Plano Diretor Participativo de Novo Oriente de Minas encontra-se no final da fase de consolidação das Leituras Técnicas e Comunitárias, os problemas/restritores levantados em cada uma dessas leituras estão sendo processados e agrupados, com objetivo de identificar todos os problemas existentes no município, classificados de acordo as células temáticas e que serão apresentados à população em forma de um diagnóstico final. Na continuidade, esse diagnóstico será apresentado e discutido com a população, quando poderão ser incorporadas eventuais revisões/alterações.

O passo seguinte será a definição das Diretrizes de Planejamento, onde junto à população, serão definidos para cada problema/restritor, os seguintes parâmetros: indicadores, situação atual, metas, ações, fonte de recursos financeiros e prazos. Com a análise e a definição de cada parâmetro para cada problema/restritor, serão elaboradas as Propostas de Diretrizes de Planejamento do PDP, descritas em documento no formato de planilhas temáticas

Na definição das Diretrizes de Planejamento, para cada problema/restritor serão criados indicadores que mensuram a sua atual situação e sua evolução. As soluções propostas terão que atuar diretamente na melhoria progressiva dos indicadores. Como resultado as soluções propostas pelas diretrizes irão compor o documento final do Projeto de Lei do PDP de Novo Oriente de Minas, a ser encaminhado ao Legislativo para análise e aprovação, beneficiando uma população de 10.763 habitantes.

5 Conclusões

Com base em pesquisas preliminares, constatou-se que, no espaço de tempo disponível para cumprir os objetivos pretendidos com a mobilização e a participação do sujeito social no

processo, a adaptação metodológica proposta com a estratégia de mobilização e participação formulada, conseguiu vencer os condicionantes impostos pela realidade local e levar a mensagem primária, de que a cidade de Novo Oriente de Minas se encontra no processo de elaboração de seu Plano Diretor, a um número considerável de pessoas. E, ainda, junto a uma parcela menor – porém significativa -de cidadãos, transmitir uma mensagem mais completa, levando o entendimento do que é o processo e de sua importância para o futuro da cidade. Temos a convicção que a futura aprovação e efetiva implementação e monitoramento do Plano Diretor de Novo Oriente de Minas, iniciam um processo de transformação permanente da realidade do município possibilitando, em um período relativamente curto de prazo de aproximadamente 8 anos, implantar um novo arranjo de desenvolvimento produtivo, reduzir as disparidades e fragmentação socioeconômicas, garantir o ordenamento urbano e rural, elevar para patamares aceitáveis os indicadores sociais e do meio ambiente, construindo coletivamente a cidade e um desenvolvimento sustentável a partir do princípio da busca por uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

6 Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos*. 2ª Edição / Coordenação Geral de Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2004.

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. *Estatuto das cidades*: Lei 10.257, de 10/07/01.

HENRIQUES, Márcio Simeone; WERNECK, Nisia Maria Duarte. *Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 140p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2009.

Programa de Internato Curricular – PIC/EEUFMG. *Relatório Técnico Diagnóstico Plano Diretor de Novo Oriente de Minas*, 2009. Belo Horizonte, 2009. 140p.

ROGERS, Carl R; WOOD, John K. Teoria Centrada no Cliente: Carl Rogers. Em A. Burton (Org.), Teorias Operacionais da Personalidade. Rio de Janeiro, 1978